

RELAÇÕES DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E RISCO AMBIENTAL NO VALE DO RIO DOS SINOS – BRASIL

DEVELOPMENT AND ENVIRONMENTAL RISK AT VALE DO RIO DOS SINOS - BRAZIL

João Alcione Sganderla Figueiredo

Doutor em Estructura Social Cultura Trabajo y Organizaciones/ Universidad Complutense de Madrid

Professor da Universidade Feevale

E-mail: sganfigue@feevale.br

Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil

Margarete Nunes Fagundes*

Pós - Doutorado/ Vrije Universiteit

Doutora em Antropologia Social/Universidade Federal de Santa Catarina

Professor da Universidade Feevale

E-mail: marga.nunes@feevale.br

Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil

Norberto Kuhn Junior

Doutorado em Ciências da Comunicação/Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Professor da Universidade Feevale

E-mail: nkjunior@feevale.br

Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil

*Endereço: Margarete Nunes Fagundes

Centro Universitário Feevale. Av. Dr. Maurício Cardoso, 510 Hamburgo Velho - Novo Hamburgo, RS – Brasil,
CEP: 93510-250.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 25/05/2014. Última versão recebida em 16/06/2014. Aprovado em 17/06/2014.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

RESUMO

O presente artigo disserta sobre a migração de “indústrias sujas” no Brasil, influenciada principalmente pela globalização e pela divisão internacional do trabalho. O estudo se baseia no enfoque qualitativo-quantitativo, no caso da indústria de curtimento no Vale do Rio dos Sinos (Sul do Brasil). Como principais resultados, percebe-se que, por razões históricas e culturais, existem fatores que facilitam as atividades industriais de alto potencial poluidor na região pesquisada. As políticas públicas investiram e investem no desenfreado desenvolvimento industrial como principal estratégia de progresso. Por outro lado, a população goza destes benefícios sanando um dos males dos países subdesenvolvidos: a falta de emprego. O que existe é, principalmente, uma legitimação ou uma democratização dos prejuízos ambientais.

Palavras-chave: Globalização. Industrialização. Meio Ambiente. Risco. Trabalho.

ABSTRACT

This present article addresses the issue of dirty industry migration in Brazil, influenced mainly by globalization and the international division of labor. The study presented herein, using a qualitative and quantitative approach, focused on the tanning industry of the Rio dos Sinos Valley in Southern Brazil. One finds that, due to historical and cultural reasons, factors are still present that facilitate the conduction of industrial activities with a high pollution potential in this region. Public policies have invested (and continue to invest) in unbridled industrial development as a primary strategy for progress. On the other hand, the population reaps the benefits of this approach insofar as it addresses one of the banes of underdeveloped nations: unemployment. The overarching effect is a legitimation or democratization of environmental damage.

Keywords: Globalization. Industrialization. Environment. Risk. Labor.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente vivemos os reflexos de uma reorganização da economia mundial, fundada em uma nova divisão internacional do trabalho, iniciada nos anos 1970. Os papéis e as relações entre o global e o local (BECK et al., 2002) foram redistribuídos; assim, algumas regiões passam a concentrar mais riqueza em detrimento de outras, que se responsabilizam pela produção. Os países em desenvolvimento não conseguem ou não têm poder de competir dentro desta nova estratégia de mercado. O que fazem é atrair capital externo, independentemente das consequências presentes ou futuras.

A expressão civilização industrial como definição do mundo serviu para classificar os países segundo o seu desenvolvimento: os países desenvolvidos (industrializados) e os que estariam se desenvolvendo (países subdesenvolvidos, que desejariam se industrializar). Estes últimos sustentariam a ideia de que a industrialização seria a base para o progresso econômico e social. O importante, então, seria seguir o desenvolvimento com base na industrialização e, para isso, dever-se-ia adotar políticas de incentivos fiscais, de exploração dos recursos naturais e de oferta de mão de obra barata (BECK et al., 2002).

Com relação à administração, nota-se que a política governamental dos países subdesenvolvidos (nesta nova modernidade) perde influência, principalmente pela transnacionalização da economia dos países desenvolvidos. “O capital é global; o trabalho, local” (BECK et al., 2002, p.17). Sob esse ponto de vista, é necessário enfrentar, de um lado, o desafio da exclusão social e, de outro, a generalização da escassez/penúria social pela destruição ambiental. Trata-se de um desafio político, social e científico de construir na história um desenvolvimento socioambiental com equidade social e inserção humana consciente com o meio ambiente. Assim, poderíamos perguntar, frente a esse desafio, de que forma o processo de globalização e essa nova divisão internacional do trabalho estão influenciando o desenvolvimento de “indústrias sujas” no Brasil, especificamente no Vale do Rio dos Sinos?

Para responder a esta pergunta, o presente artigo retoma reflexões do texto Indiferença ou necessidades insatisfeitas? A questão do risco tecnológico no “Vale do Rio dos Sinos” (FIGUEIREDO-SGANDERLA, 2008), e acrescenta outras reflexões resultantes de pesquisa sobre a percepção do risco ambiental e as relações de trabalho na região do Vale do Rio dos Sinos. Além disso, o artigo acrescenta elementos oriundos de outras pesquisas que têm como lócus de investigação o Vale do Rio dos Sinos ou relações constituídas a partir desse.

Desta forma, para aproximar o global do local, o texto tem a preocupação de, no primeiro momento, observar o crescimento da produção embutido no processo de modernização industrial e suas implicações ambientais. Na segunda parte do trabalho, são analisados os conflitos e a percepção dos trabalhadores da indústria de curtimento, ocasião propícia para pensar e questionar as relações de trabalho, emprego e meio ambiente.

O método utilizado na pesquisa sobre a percepção do risco ambiental foi o qualitativo-quantitativo. Foram realizadas 37 entrevistas e 307 questionários, relacionados a aspectos socioculturais, políticos e econômicos, nos quais apareceram trabalhadores, técnicos, vizinhos das indústrias de curtimento, industriais, administração pública e sindicatos. Também se utilizou a técnica de observação e a análise documental.

1.1 Revolução industrial e crescimento da capacidade produtiva a partir das modificações técnicas de produção

Desde a Revolução Industrial, houve um crescimento gigantesco da capacidade produtiva a partir das modificações técnicas de produção, possibilitadas pela aplicação dos avanços científicos e da tecnologia. Novas fontes de energia passaram a ser utilizadas, como o vapor, o petróleo, a eletricidade etc.; como resultado, as máquinas, os equipamentos e as instalações tornaram-se cada vez mais potentes, modificando as condições dos produtos e da produção.

Existem dois elementos fundamentais inter-relacionados no processo da Revolução Industrial: as interações entre a humanidade e o planeta e as condições sociais de trabalho. No primeiro caso, as forças geradas pela economia tecnocientífica tornaram-se suficientemente grandes para destruir o meio ambiente, isto é, as bases materiais da vida humana (DRUCK e FRANCO, 1997). O segundo caso refere-se à concentração crescente e irreprimível dos meios de produção e produtos do trabalho e sua influência sobre as condições do trabalho assalariado. A exploração do trabalho não se restringiu às consequências da sua inserção em um mercado reduzido em virtude dos avanços tecnológicos. Assistiu-se à modificação das bases técnicas do trabalho por meio da fragmentação das tarefas e do aumento da velocidade do ritmo de trabalho, seguida pela atuação de ciências como a psicologia industrial, a engenharia de produção e a medicina ocupacional, que elevaram o controle da produção ao status de especialidade, redefinindo procedimentos de execução: adaptação sociofísica às máquinas, organização do trabalho, condições de higiene etc.

Neste contexto trabalhista de imposição externa (científica ou não), intensificaram-se os conflitos, as assimetrias e os antagonismos sociais. Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, presenciaram-se lutas que conseguiram humanizar o trabalho do ponto de vista salarial, da jornada de trabalho, da restrição ao trabalho feminino e infantil, das horas-extras, do trabalho insalubre, precário e noturno. A expansão da Revolução Industrial, no espaço e no tempo, e dentro da sua própria natureza, especificamente, evidenciou aspectos peculiares. A chegada das tecnologias da informação, a mutabilidade do capitalismo no âmago da sua crise, bem como a ação política levariam o processo ao ponto culminante denominado globalização. A globalização é identificada como um movimento de caráter estrutural do capitalismo, e que admite mudanças como: redefinição do papel do governo, expansão do poder das organizações econômicas e financeiras internacionais, concentração e dispersão de grandes capitais com disseminação de pequenos capitais, criação de empresas multinacionais, super dimensionamento da esfera financeira da economia (prioridade nos investimentos), predomínio da lógica financeira sobre a lógica produtiva (com consequências no plano de emprego e na produção). Com ela, os interesses materiais e econômicos são levados a cabo até as últimas consequências. Tais elementos impõem uma iminente instabilidade econômica e economias inteiras podem ser destruídas repentinamente. É o que ocorre, por exemplo, com a mobilidade que a informática conferiu aos capitais fictícios aplicados em mercados. Segundo Nabuco (1989), a informática e as telecomunicações intensificam a força de penetração dos mercados externos; assim, quanto maior for a aceleração desses serviços especializados, maiores serão os retornos para os países que os oferecem.

Por outro lado, tais condições universalizam e deslocam os impactos socioambientais da industrialização. Entre os problemas ambientais podem-se mencionar as emissões de gás carbônico e outros poluentes, lixo tóxico que causa alterações no “efeito estufa”, destruição da camada de ozônio, chuvas ácidas etc., além do esgotamento de recursos não renováveis. Esses efeitos, combinados com dispositivos locais de vulnerabilidade, tornam-se definitivamente gigantescos; é interessante analisar aqui as condições globais dos impactos socioambientais em relação às peculiaridades da região Sul do Brasil.

1.2 Modernização industrial e implicações socioambientais nos países subdesenvolvidos

Para Nabuco (1989), a divisão internacional do trabalho é formada por uma integração econômica na qual os países subdesenvolvidos permitem atividades de empresas que têm sua

sede em países desenvolvidos. Segundo o autor, este é o chamado fordismo periférico, que significa uma separação geográfica do mercado de trabalho, favorecida pela evolução dos meios de transporte e de comunicação.

Além da busca de mão de obra barata e de incentivos de governo, as empresas transferem indústrias altamente poluidoras que possam constituir um problema socioambiental no seu local de origem. Os países subdesenvolvidos, seguindo a política da modernização industrial e com expectativas de crescimento econômico, aceitam as indústrias (suas ou não) e, como a pressão socioambiental para eles não é uma realidade, sustentam e legitimam sua implantação, fundamentados em discursos de geração de riqueza e de aumento de empregos.

Segundo Paula (1997), com a exploração dos recursos naturais necessários para o desenvolvimento de um setor industrial intermediário implantável, promove-se o início de uma degradação ambiental de difícil reparação.

A periferia, rica em recursos naturais, contrariamente ao que prega o paradigma dos serviços avançados e da microeletrônica, nunca cumpriu tão bem seu clássico papel de periferia como agora. Os preços dos produtos estão degradados, a mão de obra é fortemente explorada e, enquanto isso, são propagados discursos ambientalistas inócuos, exatamente porque não são levados em consideração todos os aspectos da crise que a periferia e sua população vivem. (Paula, 1997, p. 33)

Sob esta perspectiva, Nabuco (1989) destaca que o desenvolvimento industrial do Brasil ocorre por uma articulação que ele considera injusta, da periferia para o centro, com o acréscimo de uma agressão ao meio ambiente com metais pesados degradantes, combinado, ainda, com políticas fiscais vulneráveis e mão-de obra barata.

Seguindo uma análise da evolução brasileira dos anos 60 até os anos 80, e da sua inserção no comércio internacional, Braga sintetiza:

O panorama brasileiro entre 1956 e 1989 é o salto de qualidade na industrialização, com a internacionalização do setor de bens de produção; constituição da infraestrutura básica de transportes, comunicação e energia; altos índices de crescimento econômico; governo centralizado e diretamente atuante na promoção do desenvolvimento; urbanização explosiva; exploração intensiva e predatória de recursos naturais; poluição industrial e agrícola; ditadura política. (BRAGA, 2001, p. 11)

Assim, considera-se importante analisar e entender as relações da política e da economia internacional, como também suas estratégias de produção que, de certo modo, implicam diretamente no desenvolvimento de países subdesenvolvidos. Almeida (1997) relata

o exemplo da cidade de Cubatão, Estado de São Paulo, que despertou o interesse de cientistas do mundo todo, onde foram constatados 320 tipos de emissões, em 116 indústrias, chegando a um total de 400.000 toneladas anuais de poluição. O autor questiona:

Que lugar é esse, onde cada homem e mulher, velho e criança, recebem por dia 12 kg de compostos venenosos e cancerígenos? Onde 18% da população sofrem de doenças respiratórias? Onde são registrados os mais altos índices de anencefalia (crianças que nascem sem cérebro) do planeta (um caso a cada 250 nascimentos)? (ALMEIDA, 1997, p. 158)

São fatos como esse que levam a um questionamento importante: a aceitação de indústrias com alto grau de contaminação neste período, no Brasil, pode estar relacionada com uma concepção de desenvolvimento na qual a poluição não seria o fator principal de análise para a implantação das indústrias, mas sim a maximização de investimentos de capital de empresas multinacionais e o crescimento econômico, em curto prazo?

2 DESENVOLVIMENTO DE “INDÚSTRIAS SUJAS” NO BRASIL E SEUS RISCOS

Young (1998, 1999, 2000) e Ferraz e Young (1999) mostram que a indústria brasileira se especializou em oferecer ao mercado internacional atividades com grande poder de poluição, o que se permite pensar em uma nova redefinição da divisão internacional do trabalho, com a concentração de indústrias sujas nos países em desenvolvimento.

Sob a perspectiva de oportunidades para atrair investimentos e empresas multinacionais, com possibilidade de lucros enormes, determina-se a redistribuição de áreas industriais com alta emissão de gases. Neste contexto, os investimentos se movem dos países centrais para os periféricos, transferindo tecnologias e riscos, dando origem a áreas que permitem dumping social e ambiental. Nesse sentido, observou-se, estatisticamente, um aumento de atividades potencialmente poluidoras no Brasil. É o que demonstram os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentados por Young e Lustosa (2000), segundo os quais houve um aumento das atividades industriais com alto grau de poluição, com uma cifra de 20% acima da média do crescimento da indústria no Brasil entre os anos de 1981 e 1999.

Parece que setores econômicos e políticos entendem a questão ambiental como um artifício utilizado pelos países desenvolvidos para interferir no desenvolvimento dos países mais pobres, já que garantem que é indispensável poluir para crescer economicamente, ou seja, medidas ambientais podem reduzir a competitividade da indústria brasileira no mercado

internacional. Tal argumento evoluiu para a compreensão de que a preservação ambiental está associada a ganhos de competitividade.

Por outro lado, as empresas multinacionais se articulam para punir os países que pretendem impor regulamentações aos elementos anteriormente citados, vistas como restrições aos investimentos. Os grandes grupos econômicos, além de tentativas de fugir às restrições, tiveram outros benefícios, alguns dos quais serviram como argumentos para o desmoronamento das condições de bem-estar social.

Os inúmeros esforços que foram e que estão sendo feitos para que tenhamos uma política global nem sempre tiveram sucesso ou conseguiram alcançar objetivos reais e de impacto na sustentabilidade. O que realmente observamos é que os acordos, as metas e as previsões continuam atendendo aos interesses dos governos e das organizações em detrimento de uma real sustentabilidade. Talvez o último grande exemplo seja o da Conferência de Copenhague - COP 15 - realizada em dezembro de 2009, que tentou atuar dentro de uma política de superação de culpas, avançando sobre o pragmatismo de simples percepção de como é curto o tempo que os seres humanos têm para neutralizar e reparar os danos que a humanidade causou nos últimos séculos, principalmente a partir da Revolução Industrial.

Nesse contexto, a fragilidade da sociedade brasileira e a aquiescência do governo brasileiro, na segunda metade do século XX, favoreceram a instalação de atividades com alto grau de poluição de grandes grupos econômicos. Se não foi pelo mínimo esforço de controlar e intervir no processo, foi pela rápida implantação das indústrias, pela falta de informação ou pela informação tendenciosa de uma parte dos meios de comunicação, ou, ainda, pelo resultado de uma política autoritária e assimétrica que impediu o exercício da cidadania de protestar.

Do ponto de vista político, observam-se, ao longo de muitos anos, ações deliberadas do governo no sentido de incentivar esse tipo de atividade. É o caso, por exemplo, da campanha “Venha nos poluir”, do II Plano Nacional de Desenvolvimento da década de 70 e da “guerra fiscal” dos anos 90, que se constituem, provavelmente, de equívocos estratégicos, ou da ação política dos personagens envolvidos, ou da mistura dessas suposições.

A transferência incidiu sobre um governo passivo e deficitário, divergente nas suas estruturas institucionais, desprovido, além disso, de mecanismos de atenção aos problemas decorrentes da complexidade do crescimento econômico, e carente, inclusive, de noções de segurança industrial e ambiental.

A natureza de tais impactos ambientais está, exatamente, na sua transitividade com o ambiente extrafabril através do transporte e do armazenamento, de emissões previstas e

imprevistas das “áreas industriais”. Vulnerável a tais riscos está o espaço urbano circundante: solos, ar, rios, mares, fauna, flora. Neste sentido, por outro lado, são virtuais e fictícios os limites das indústrias de setores poluentes e o seu entorno.

Com relação aos curtumes do Vale do Rio dos Sinos, os riscos reais muitas vezes não são percebidos pela população, dada a circunstância de que, nessa região, são fortemente legitimados pelo desenvolvimento econômico, social e cultural da região.

O estímulo para outras pesquisas é o fato de que essas indústrias, quando migram para outras regiões do Brasil, não são aceitas pela população, ou seja, os riscos ambientais são percebidos e há uma mobilização da sociedade civil.

Além disso, os riscos são dinâmicos e dotados, muitas vezes, de uma amplitude significativa porque produtos e resíduos percorrem dutos, estradas, ferrovias, canais fluviais e leitos de rios sob a forma de poluição, causando impactos a milhares de quilômetros de distância de sua origem. Segundo Druck e Franco (1997), essas são extensões que integram áreas de impacto socioambiental e de riscos em todo o planeta.

Os alcances dos riscos também se expandem progressivamente, fazendo interconexão entre o global e o local. Se as áreas de risco transferidas para o Brasil no processo de realocação por dumping ambiental e social causam impactos locais, sua progressão pode ultrapassar as fronteiras geopolíticas, potencializando fenômenos como: chuvas ácidas, alterações do efeito estufa, mudança climática etc.

Da mesma forma que se constatou fraqueza e incapacidade governamental e social para enfrentar os processos de realocação de indústrias poluidoras e/ou de domínio do processo no âmbito de certas restrições e controle, o mesmo acontece em relação à prevenção e ao suporte dos impactos ambientais. Nota-se a ausência da consciência do risco, bem como ausência de programas e ações de segurança industrial, isto é, “falta de orientação das populações sujeitas a riscos, ausência ou falta de condições adequadas à evacuação ou isolamento (...) da área, bem como dificuldades de assistência médica.” (DRUCK e FRANCO, 1998, p.69). A população, em muitos casos, ainda não reconhece o problema dos impactos ambientais como problemas sociais e de saúde pública.

Talvez o alerta e o despertar para os problemas ambientais em termos globais ocorram pelos sucessivos desastres ecológicos e ameaças à vida sobre o planeta Terra. Para Beck et al. (1999), o sucesso desta sociedade industrial traz consigo sua própria aporia. Lamentavelmente, esta não é a realidade do Vale do Rio dos Sinos ou do Brasil. A leitura desses autores é clara para os países do Norte; portanto, o que se questiona é como as instituições que organizam as decisões dentro da sociedade distribuem os riscos e como se

estruturam essas relações entre os países desenvolvidos (industrializados) e os países subdesenvolvidos (que desejam se industrializar). Os primeiros falam de um plano de desenvolvimento para a segurança global; os segundos falam de um plano para o aumento do desenvolvimento industrial. Com relação aos primeiros, cabe perguntar: O discurso é sensato, conformista e distanciado dos problemas dos países com precariedade tecnológica e científica? As propostas de uma política global são eficientes e suficientes? Não há demagogia em suas práticas? E, com relação aos segundos: até que ponto esses países podem dizer “não” a um investimento industrial? Uma proposta de reflexão é encontrada na exposição de Beck et al. (1998c): a crise global não é um problema ambiental, mas sim uma profunda crise institucional da sociedade industrial.

Com relação à região do Vale do Rio dos Sinos, há uma convergência de fatores que determinam a especialização das indústrias com atividades contaminadoras: custos de mão de obra mais baixos, melhor acesso aos recursos naturais - atrativo da indústria de transformação - políticas específicas de incentivo adotadas para beneficiar a expansão dessa atividade industrial - estratégias de crescimento por substituição das importações. Além desses fatores, não se pode deixar de mencionar, principalmente, que foi uma sociedade desenvolvida, desde o princípio, objetivando o progresso da indústria do couro e de calçados, justificando, assim, uma herança histórica e cultural, procedente do mercado europeu.

Assim, abordaremos, na próxima seção, como é a participação da comunidade do Vale do Rio dos Sinos. Como é a consciência do risco ambiental? Ela pode ser suprimida pela subsistência econômica familiar e/ou pelas relações de trabalho desenvolvidas ao longo da história?

3 RISCO, MEIO AMBIENTE E EMPREGO: O TRABALHADOR DA INDÚSTRIA DE CURTIMENTO DO VALE DO RIO DOS SINOS E SEUS CONFLITOS

Apesar da diversidade étnico-racial ser um traço característico da região do Vale do Rio dos Sinos, desde a sua origem, é em torno da figura do imigrante alemão que se solidificaram representações e imagens do Vale como sendo o lugar do desenvolvimento, da modernização e do progresso. No século XVIII, essa região era ocupada por portugueses, açorianos e seus descendentes, africanos e descendentes de africanos, e povos indígenas, especialmente os kaingang. A partir de 1824, a região passou, gradativamente, a receber levas de imigrantes alemães, cuja presença no Vale consolidou, especialmente a partir do século

XX, uma memória social que associa a região a imagens e representações em torno do trabalho, do desenvolvimento e do progresso. (NUNES, 2009).

Cabe ressaltar, no entanto, que nos primórdios da industrialização do Vale – no início do século XX - os negros representavam a maioria da força de trabalho nas indústrias de curtimento. Na primeira metade do século XX, os trabalhadores negros eram aqueles submetidos aos riscos reais. Essa leitura é resultado da pesquisa desenvolvida na Feevale, “As comunidades negras do Vale do Rio dos Sinos e a Memória do Trabalho”, que informa sobre a relação direta entre o trabalho com o couro e a ocupação dos negros na região, especialmente na primeira metade do século XX. Muitas dessas informações foram alcançadas por meio da metodologia utilizada pela coleta de narrativas biográficas junto a trabalhadores negros da região. Soma-se a isso a pesquisa desenvolvida por Magalhães (2010), que lançou mão de certidões de nascimento como fonte histórica – entre os anos de 1920 e 1958 - identificando o curtimento de couro como principal atividade de ocupação dos pais de recém-nascidos.

(...) E naquela época, eu não tenho certeza, mas meu pai contava que negro não trabalhava em calçado, só em curtume, só curtimento, porque tinha muitos curtumes aqui em Novo Hamburgo. Então eles... Mas eu já não sentia isso porque quando eu fiz... De 14 pra 15 anos eu fui pro SENAI, e do SENAI eu fui pro Adams (uma das primeiras fábricas de calçado na cidade de Novo Hamburgo/RS) pra trabalhar com calçado. Então eu não senti isso, mas o meu pai contava que os negros só trabalhavam no curtume, só curtimento, não trabalhavam em fábrica de calçado. O meu pai sempre trabalhou em curtume, se aposentou pelo curtume. (Seu Ari J.C, 74 anos, jun. 2010).

(...) A raça negra, na década de 70, em Novo Hamburgo, pra conseguir um emprego, ou era como servente de pedreiro ou era num curtume. Nas fábricas de calçado tinha aquela dificuldade para a pessoa se empregar. Eles olhavam... Às vezes estavam com cem vagas ali, olhavam pra tua cara e diziam: não tem vaga. O preconceito era grande. (...) Os negros trabalhavam mais em curtume ou servente de pedreiro. Parte era por conhecimento profissional e era o que eles mais se adaptavam. A raça negra se adaptava mais nesse tipo de setor. Portanto, era muito reduzido na fábrica de calçado. Na fábrica de calçado, por exemplo, um negro não chegava a ser contramestre, não chegava à gerência. Mesmo que tivesse um nível cultural meio elevado. Tinha muita dificuldade pra esse tipo de coisa. (L. A. S., 58 anos, jun. 2010).

A explicação sobre a adaptação dos negros para o trabalho no curtume liga-se à concepção de que esses trabalhadores eram portadores do “saber técnico” da lida com o couro. Saber esse herdado do período escravocrata no Rio Grande do Sul, pois a produção do charque, iniciada no final do século XVIII, e todos os demais ofícios relacionados – tratamento do couro, fabricação de utensílios etc. - tinha como sustentáculo a mão de obra escrava (CARDOSO, 1977).

Portanto, durante o desenvolvimento do setor de couro e calçados, no Vale do Rio dos Sinos, percebe-se que houve uma nítida divisão racial do trabalho, cabendo aos negros a realização do “trabalho sujo” e a condição de mais vulnerabilidade aos riscos.

Ainda que, atualmente, não se preserve essa divisão racial do trabalho, a exclusão social se mantém por meio da exposição de alguns indivíduos aos riscos em nome da sobrevivência do emprego.

Por trás desses problemas/riscos está o que Hobsbawm (1996) denominou forças históricas que modelaram o século. Do cerne das suas estruturas emanam paradigmas sociais de objetificação do homem, destruição do indivíduo como subjetividade, até uma instrumentalização da subjetividade. Sobre esse alicerce se constrói uma sociedade trabalhista e racional, movida pela lógica da racionalidade econômica, subordinada à coerência do lucro e do domínio da natureza a qualquer custo.

Em contrapartida, para que os padrões de produção e consumo ponderáveis sejam redefinidos, é necessária a atuação de sujeitos sociais que tenham visibilidade social. Atualmente, aplica-se uma lei de mercado cujo suporte científico é considerado fictício, de forma que as políticas de degradação do meio ambiente (o que gera maior escassez social a médio e longo prazo, principalmente em países subdesenvolvidos) e a política de exclusão social predominante, tanto em países centrais quanto periféricos, são consideradas justificáveis.

A força que impulsiona a sociedade industrial de classes pode ser resumida em apenas uma frase: Tenho fome! Ao contrário, o impulso motor da sociedade de risco poderia ser melhor expressado nesta outra frase: Tenho medo! (BECK et al, 2000, p. 42)

Em geral, evidencia-se a extinção dos postos de trabalho, com direitos trabalhistas e consolidação do trabalho precário sem garantias ou direitos, como férias, descanso semanal, auxílio-doença, previdência social e, ainda, a legalização desse tipo de trabalho. A degradação das condições de trabalho tem um impacto significativo sobre a saúde, entre outros, pela exclusão social - desemprego, subemprego, acesso aos bens e serviços, assistência médica e social, cultura, educação - e pela realização do trabalho precário com acúmulo de funções, maior intensidade e/ou duração da jornada, maior exposição a riscos, submissão a condições inseguras do trabalho, em razão da falta de resistência coletiva e/ou individual dos sujeitos sociais.

E como se justifica tal hipótese no caso do Vale do Rio dos Sinos? Os conflitos internos dos trabalhadores mostram muito mais que o medo com relação ao futuro. A espera pelo “amanhã” pode ser interminável! O maior medo pode ser a fome! Assim, antes da

preocupação com o meio ambiente, vem a preocupação em manter-se no emprego. O conflito se estabelece entre dois discursos: os que negam o risco, por causa da paixão pelo trabalho, e os que reconhecem o risco, mas que silenciam por medo do desemprego. No primeiro caso, negam-se os riscos pela satisfação de ampliar e dar continuidade a uma atividade de trabalho que faz parte das suas “raízes”. A percepção dos riscos está na construção histórica e sociocultural dessa sociedade, isto é, os problemas que se apresentam hoje não existiam no passado. O discurso de um trabalhador, técnico em curtimento, evidencia a situação.

No Vale do Rio dos Sinos, as pessoas vivem disso também; existe a cultura do calçado, do couro. Então, o que acontece? Eles não vão muito contra o que está acontecendo porque é o sustento deles, é a sua história. É o que eu disse antes, mas tenho que repetir: é de pai para filho, de avô para filho, para neto. Então, dizem: ‘Meu avô trabalhou a vida inteira na indústria do couro e nunca ficou doente; se aposentou, e trabalhava com cola, solventes e está com saúde até hoje’. O pai foi criado nesse ambiente e o neto também está trabalhando na fábrica - todos seguem o mesmo caminho. Até ouvem queixas sobre o cheiro, mas como a comunidade vive com isso e é uma herança cultural, a pressão tende a ser menor. (Jair, Técnico em curtimento, 2010).

Uma pequena parcela dos trabalhadores que reconhecem o risco participou das entrevistas. A maioria dos que foram procurados se negou a falar sobre as relações com o trabalho, alegando possíveis represálias. Entre as expressões usadas para dizer “não”, destacam-se: “não posso, é muito complicado, porque estou aqui todos os dias”; “não trabalho mais para essa indústria, sei de muitas coisas, mas conheço muita gente que é minha amiga, que trabalha ali, e precisa continuar trabalhando”. Nos relatos dos entrevistados fica evidente o medo, assim como a análise de alguns elementos das suas narrativas revelam a propagação da ideologia capitalista.

Pode-se afirmar que mais do que uma setorialização produtiva, propaga-se e ganha vulto uma individualização produtiva. Por outro lado, o exército industrial de reserva, sobre o qual alertava Marx, aumenta cada vez mais. Desde a desvalorização do dólar, o desemprego aumentou drasticamente no Rio Grande do Sul, principalmente no Vale do Rio dos Sinos, com o fechamento de muitas indústrias de curtimento e calçados .

Nas entrevistas, nota-se que os trabalhadores se dividem entre os que identificam os riscos (em maior número) e os que não os identificam. Mas, em ambos os discursos, a necessidade de um ambiente saudável e a probabilidade de consequências futuras dessa atividade são reduzidas pela necessidade da sobrevivência diária. A motivação é resolver as necessidades básicas de uma época que não pode ser pensada e planejada em longo prazo;

além disso, o sucesso ou a decepção das pessoas que vivem em meio a um complexo industrial urbano é determinado pela conquista do mercado de trabalho (emprego).

O emprego, junto com a saúde, tem sido apontado como prioridade para os trabalhadores, destacando-se com relação aos outros itens. A seguir, reproduzimos a tabela (1) que foi elaborada a partir dos dados da aplicação de questionário junto a trabalhadores de indústrias do couro, administradores, moradores do entorno dos curtumes, diretores e técnicos ligados às indústrias.

Tabela 1 – Dados por participantes ativos entrevistados com relação às prioridades do Vale do Rio dos Sinos.

Classificação	Trabalhadores		Adm. Pública		Vizinhos		Diretores		Técnicos		Total	
	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
Industrialização	44	11,34	30	10,56	35	8,86	35	19,44	14	8,00		
	158	11,11										
Emprego	80	20,62	47	16,55	70	17,72	25	13,89	27	15,43	249	
	17,51											
Esporte	4	1,03	7	2,46	0	0,00	0	0,00	0	0,00	11	
	0,77											
Moradia	40	10,31	24	8,45	38	9,62	13	7,22	0	0,00	115	
	8,09											
Meio Ambiente		12	3,09	38	13,38	21	5,32	12	6,67	29	16,57	
	112	7,88										
Saneamento Básico	4	1,03	22	7,75	35	8,86	29	16,11	35	20,00		
	125	8,79										
Cultura	16	4,12	7	2,46	7	1,77	0	0,00	0	0,00	30	
	2,11											
Combate à Violência	64	16,49	35	12,32	56	14,18	18	10,00	13	7,43		
	186	13,08										
Educação	44	11,34	38	13,38	56	14,18	25	13,89	22	12,57	185	
	13,01											
Saúde	80	20,62	36	12,68	77	19,49	23	12,78	35	20,00	251	17,65
Não Responderam	4	1,03	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
	0	0,00										
Total	388	100	284	100	395	100	180	100	175	100	1422	100

Fonte: Entrevista com os representantes da administração pública e diretores, trabalhadores, técnicos e vizinhos das indústrias de curtimento. Novo Hamburgo, 2007.

A organização sindical representante do setor do couro é uma das entidades mais ativas em defesa dos trabalhadores, que se manifesta pela resolução dos problemas de emprego. Para isso, em alguns casos, defendem a atuação dos industriais e criticam a legislação vigente, tributária e ambiental. A impressão é que o discurso tem a intenção de preservar os postos de trabalho, independentemente da integridade do trabalhador, como os

problemas relacionados à saúde e ao ambiente de trabalho. Durante uma entrevista com um trabalhador, um representante sindical foi contundente e interrompeu a conversa quando se questionava sobre a possibilidade de danos ambientais gerados pelos curtumes. Mesmo sendo uma referência de alguém que não participou de toda a entrevista, o trecho a seguir se destaca pela representatividade direta do movimento sindical; isto é, um discurso que pode ser dimensionado como institucional.

Desculpe interromper, mas a sua pergunta não tem fundamento; o senhor não sabe o que acontece nos curtumes, pois todos têm tratamentos “nos trinques”. Tem gente que investiu nisso, mantendo tudo em ordem; tudo bem, os prejuízos podem ser grandes, mas não são só para os curtumes. Desculpe eu me meter onde não fui chamado, mas é que os curtumes são os mais visados, infelizmente, até na nossa cidade. Esse pessoal do meio ambiente aqui é perseguido - eles não pensam nem no empregado nem no emprego. Aqui, infelizmente, a nossa prefeitura é assim. (Ferreira, líder sindical, 2010).

Partindo do princípio de que o sindicato representa o sentimento e a voz dos trabalhadores, a aplicação de projetos de políticas públicas para minimizar os riscos gerados pela industrialização é silenciada pela demanda da população, que defende a permanência das indústrias. O caráter democrático da poluição se expande quando as reclamações da população são direcionadas para a falta de iniciativa governamental para investir em mais indústrias de curtimento.

A situação é ainda mais crítica no Vale do Rio dos Sinos quando as pessoas que protestam (ONGs) contra o desenvolvimento das indústrias que poluem ou os órgãos ambientais (citados anteriormente) são fortemente censuradas e tachadas de individualistas. Invertem-se os papéis: as ações que supunham uma combinação entre o meio ambiente e o mercado de trabalho são vistas como egocêntricas e irresponsáveis, e a confiança no desenvolvimento tecnológico industrial é a solução para todos os problemas. Como revela Beck, em “Políticas Ecológicas na Idade do Risco”,

(...) a confiança no progresso ainda é a atitude dominante (ia dizer ‘mais sadia’) porque diz sim ao que acontece em qualquer situação. (...) A fé no progresso é submissa diante de um trono que não poderá ser derrubado e cujo poderio também não poderá ser aplacado nem conquistar a aprovação através da substituição de pessoas ou da divisão de poderes; sua violência sequer pode ser atribuída a uma pessoa ou instância (...) ‘poderio de ninguém’ do progresso (Ana Arendt) que só deixa uma opção: a aceitação. O tirano indestrutível e inamovível, por meio de votações, tem que ser amado. (BECK et al., 1998c, p. 117).

A motivação e a necessidade de emprego manifestam-se no discurso da comunidade do Vale do Sinos em apoio ao desenvolvimento industrial como fonte e legitimação do progresso. Não há protesto significativo contra o desenvolvimento industrial dos curtumes; o que acontece é que o funcionamento das indústrias é amparado por um movimento local de vizinhos e trabalhadores. Indiretamente, a comunidade está comprometida com o desenvolvimento das indústrias, já que também depende delas. A seguinte transcrição de um trabalhador mostra muito mais que um desejo - mostra as atitudes da comunidade frente à situação industrial dos curtumes. Esse trecho da entrevista se repete com a maioria dos trabalhadores; a diferença é que esse transmite uma atitude crítica diante da relação trabalhista, ainda que admita a necessidade de empregos e a continuidade do setor industrial:

Em determinado momento, a FEPAM fechou as portas do curtume... [fala o nome da empresa], os chefes disseram aos empregados: 'Vejam, estão acabando com o emprego de vocês'. As pessoas, então, formaram um grupo de 300 a 400 integrantes e pararam na frente da prefeitura para fazer pressão; não sei se isso ajudou, mas não demorou muito para que a indústria começasse a funcionar novamente. Usaram expressões como: 'Vocês vão ficar sem comer; a culpa não é nossa - é daqueles caras da FEPAM que estão sentados nas cadeiras e só vêm para cobrar'. É o mesmo argumento que usam quando nós vamos negociar um aumento de salário, dizem: 'Nós não vamos negociar aumento - vamos primeiro negociar o emprego'. E é assim para outras coisas: existem aqueles que se organizam para fechar um curtume por problemas ambientais. Os empresários não vão brigar; são os próprios trabalhadores que brigam pelos empresários. A comunidade prefere o emprego - é a própria cultura das pessoas e a necessidade de trabalhar. (Marcos, trabalhador de curtume, 2010, os grifos são nossos)

Seguindo esta lógica, a rejeição às formas de intervir contra o desenvolvimento de indústrias com alto grau de poluição, especificamente os curtumes, transforma-se em confiabilidade para o setor industrial, que tem o apoio da sociedade civil para continuar com suas atividades, independentemente dos resultados e consequências ambientais; ou melhor, esse problema é atribuído aos órgãos públicos, principalmente às secretarias do meio ambiente - municipal e estadual - que, segundo o empresário (entrevistado), "devem fiscalizar sem prejudicar".

Ao contrário, em países desenvolvidos havia (e há) movimentos que protestam contra as indústrias que degradam o meio ambiente e que esgotam os recursos naturais, fato que Laraña (2001), em suas pesquisas empíricas sobre os incineradores da Espanha, detecta que os movimentos sociais atuam como mensagens simbólicas na percepção e identificação dos riscos. Em contrapartida, as indústrias de alto grau de poluição começam a ser transferidas para os países em desenvolvimento, concentrando atividades econômicas baseadas em recursos naturais e energia.

Com relação à percepção do risco, é evidente, neste caso, que determinados grupos sociais, quando avaliam suas atividades e o ambiente onde vivem, já sabem que ele existe. Estes elementos interagem com aspectos culturais que, de certa forma, ditam ou condicionam a valorização dos efeitos que determinado risco causará. Segundo Douglas (1992) e Luhmann (1998), cada sociedade valoriza de maneira diferente as consequências e os efeitos dos riscos. O que fica evidente no Vale do Rio dos Sinos é que os trabalhadores estão mais preocupados com os riscos que afetarão diretamente o bem-estar da família (alimentação, moradia etc.), que é o risco imediato; por isso, sacrificam-se e lutam para conquistar ou manter um posto de trabalho, independentemente do risco ambiental e/ou de saúde.

Do ponto de vista antropológico, este fato é importante para entender a diferença que pode existir entre diferentes comunidades. Um mesmo acontecimento no Vale do Rio dos Sinos pode ser aceito por diferentes dimensões de risco; por exemplo, para as pessoas que moram no entorno do Rio dos Sinos, dois dias de chuva indicam um potencial risco de danos; por sua vez, esta mesma chuva representa ganhos para os agricultores que cultivam arroz e que vivem no entorno do mesmo rio.

Este fato destaca, cada vez mais, que o risco é, também, subjetivo, além de contextual e conjuntural, pois diferentes sujeitos e grupos dimensionam os riscos de modo distinto; a valorização do risco depende do critério do avaliador o qual, por sua vez, depende das suas necessidades.

Por outro lado, a defesa dos postos de trabalho sob “qualquer custo” pode ser explicada pelo deslocamento gradativo de indústrias de calçados do Vale, a partir dos anos 90, para outros estados do país e também para o exterior, especialmente para a China. Essas mudanças também estimularam o fluxo migratório de parte da mão de obra técnica em calçados para o sul da China, mais precisamente para Dongguan, na primeira década dos anos 2000.

Campos (2006) demonstra que, enquanto a indústria de calçados sofre mais intensamente a concorrência chinesa, se observa, em contrapartida, um maior desempenho da indústria do couro no Brasil. Diante da retração do mercado interno de produção de calçados, as indústrias de curtimento concentram-se na exportação. A autora informa ainda sobre o crescimento da exportação do couro wet blue, que é o produto da primeira etapa do curtimento, na qual a peça sofre um banho de cromo que o deixa com um tom azulado e molhado. Há, ainda, o crust, o couro semiacabado que utiliza o wet blue como matéria-prima; por último, tem-se o couro acabado, que seria o produto final com maior valor agregado.

Segundo o Informe Setorial BNDES (2007), a produção brasileira de couro quase triplicou nas últimas décadas, passando de 17 milhões de couros em 1985 para 44 milhões em 2006, representando cerca de 20% do mercado mundial. O Relatório ainda demonstra que o volume exportado em 2006 foi de 34,6 milhões de couros, correspondendo a aproximadamente 78% da produção brasileira, sendo 18 milhões de couros wet blue, 4 milhões de couros crust e 12 milhões de couros acabados. Com a queda da exportação do calçado, as indústrias de curtimento ampliaram a produção do couro wet blue. No que se refere aos aspectos ambientais, cabe ressaltar que o Relatório destaca que a produção de couro até o estágio wet blue produz 85% do resíduo ambiental da cadeia produtiva, ficando os 15% por conta da transformação do couro wet blue em produto acabado.

Segundo a Brazilian Leather (2011), em 2010, o volume exportado, em número de couros foi de: Couro acabado 40%, Wetblue 38%, Crust 21%, Salgado 1%, sendo maior volume para China e Hong Kong (34%).

A partir dos dados do Ministério do Trabalho e do Emprego do ano de 2007, Campos (2009) mostra que a indústria de couros no Brasil é constituída por 834 curtumes e 2.757 empresas fabricantes de artigos de couro, de vários portes e diferentes níveis tecnológicos, com predominância de micro e pequenas empresas.

No Brasil, 40,6% das indústrias de curtimento concentram-se na região Sul e 35,3% nas regiões do Sudeste, sendo que ambas detêm 75,9% dos curtumes. Na região Sul, o Estado do Rio Grande do Sul possui aproximadamente 220 curtumes, sendo o segundo maior Estado exportador brasileiro, com US\$ 530 milhões em 2007, porém já foi o maior exportador até 2004 (AICSUL, 2007).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão principal que procuramos discutir neste artigo foi a influência do processo de globalização e a nova divisão internacional do trabalho no desenvolvimento de “indústrias sujas” no Brasil, especificamente no Vale do Rio dos Sinos.

É possível assinalar que, a partir da globalização e da divisão internacional do trabalho, criou-se um modelo de integração econômica capaz de conciliar dois tipos de interesses: de um lado, países desenvolvidos que puderam transferir de seus territórios indústrias com grande poder de poluição e, de outro, países em desenvolvimento, em busca de modernização industrial e com perspectivas de crescimento econômico, que tentaram atrair e

aceitar tais indústrias, legitimando esse processo através de um discurso de forte apelo social, que associa desenvolvimento e produção de riqueza com o aumento de oferta de empregos.

No Vale do Rio dos Sinos, particularmente, existem alguns fatores que determinam a aceitação de indústrias “suja”. Além da matéria-prima e da mão de obra barata encontradas no nosso país, os governos aceitam esse modelo de política econômica e promovem uma disputa interna entre os estados brasileiros por meio de políticas públicas de redução de impostos, incentivos fiscais e outras prerrogativas para atrair investidores estrangeiros. Desse modo, a ideologia de progresso se legitima não pela relação indústria & meio ambiente, mas sim pela preocupação primária em manter o emprego e/ou pelo medo do desemprego. Como afirmam Beck et al. (2000), o motor dessa sociedade se reflete no medo e na fome. A motivação e a necessidade de emprego legitimam o progresso sobre um alicerce industrial que não se preocupa com a preservação do meio ambiente. Sedimenta-se, então, a democratização da poluição. Os protestos ocorrem contra a falta de apoio da administração pública para a industrialização e não o contrário, por exemplo, pela morte de toneladas de peixes no Rio dos Sinos, como aconteceu em outubro de 2006.

Queimam-se os recursos naturais futuros para remediar a ruína do presente (SACHS, 1980; 1982; 1993). É desse modo que percebemos algumas atitudes em países subdesenvolvidos, principalmente no Brasil - o risco se transforma em um negócio lucrativo, onde todos ganham: de um lado, os grandes empresários querendo territórios legais para explorar recursos e, de outro, os trabalhadores, solucionando o problema do emprego. Há uma maximização de benefícios e uma socialização de prejuízos ambientais.

Esse modelo de desenvolvimento revela a persistência de governos deficientes e com sérias divergências na sua estrutura institucional, pois se pode notar que, paralelamente à transferência de indústrias de alto impacto ambiental, no caso do Vale do Sinos, os níveis de desigualdade social continuam invariáveis. Houve danos ambientais e o prometido desenvolvimento se concentrou em alguns poucos setores da economia, justamente naqueles que estão capacitados para deslocar suas indústrias e buscar novos territórios para assegurar a maximização de seus lucros sem qualquer consideração com o discurso de responsabilidade social de manutenção/criação de empregos, justamente o discurso que, ao longo das últimas décadas, sustentou negócios altamente prejudiciais à natureza.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE CURTUMES DO RIO GRANDE DO SUL. Boletim Estatístico do Couro, 2007.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a Agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997. p. 33- 55.

BECK, U. et al. **Las Consecuencias Perversas de la Modernidad**. España: Editorial Anthropos, 1996.

BECK, U. et al. La reinvenção de la política: hacía una teoría de la modernización reflexiva. In: GIDDENS, A.; BECK, U. & LASH, S: **Modernización Reflexiva: política, tradición y estética en el orden social moderno**. Madrid: Alianza, 1997.

BECK, U. et al. **La Sociedad del Riesgo, hacia una Nueva Modernidad**. Barcelona: Paidós Ibérica S.A. 1998a.

BECK, U. et al. **¿Qué es la globalización? Falacias del globalismo, respuestas a la globalización**. Barcelona: Paidós Ibérica S.A., 1998b.

BECK, U. et al. **Políticas ecológicas en la edad del riesgo. Antídotos. La irresponsabilidad organizada**. Barcelona: Editoria El Roure, 1998c.

BECK, U. et al. **Sociedade de risco**. Folha de São Paulo, 23 de maio, p. 5, 1999.

BECK, U. et al. **The brave new World of Work**, Oxford: Polity Press, 2000.

BECK, U. et al. **La Sociedad del Riesgo Global**: Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

BRAGA, T. **Belo Horizonte: desafios da dimensão ambiental nas políticas urbanas**, 2001. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BRAZILIAN LEATHER. **Centro das Indústrias de Curtume do Brasil**. Análise das exportações brasileiras de couros e peles ano de 2010. Disponível em: <http://www.cicb.com.br/sobre-o-mercado-do-couro.php>. Acesso em: 01 jun. 2011.

CAMPOS, S.H. **A indústria de couros no Brasil: desempenho superior ao da indústria calçadista em 2006**. 2006. Disponível em: http://www.fee.tche.br/sitefee/download/indicadores/34_02/6_parte.pdf. Acesso em: 01 jun. 2011.

CAMPOS, S. H. **A Cadeia coureiro-calçadista no Brasil e no Rio Grande do Sul: desempenho e impactos da crise**. 2009. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2286/2651>. Acesso em: 01 jun. 2011.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1977.

DOUGLAS, M. **Risk and blame: essays in cultural theory**, London, New York: Routledge, 1992.

DRUCK, G.; FRANCO, T. A degradação do trabalho e os riscos industriais no contexto da globalização, reestruturação produtiva e das políticas neoliberais. In: FRANCO, T. (org.) **Trabalho, Riscos Industriais e Meio Ambiente: rumo ao desenvolvimento sustentável?** Salvador: EDUFBA, 1997, p. 15-32.

DRUCK, G.; FRANCO, T. Padrões de industrialização, riscos e meio ambiente. **Ciência e Sociedade Coletiva**. Rio de Janeiro: ABRASCO/FIOCRUZ, v 3, n. 2, p.61-72, 1998.

FERRAZ, C.; YOUNG, C. E. F. **Trade liberalization and Industrial pollution in Brazil**. Série medio ambiente y desarrollo. Chile: CEPAL/ECLAC, 1999.

FIGUEIREDO-SGANDERLA, J. A. **¿Indiferencia o necesidades insatisfechas?: la cuestión del riesgo tecnológico en “Vale do Rio dos Sinos”**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidad Complutense de Madrid, Madrid, Espanha, 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL – FEE/RS. Disponível em: < <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

GUIVANT, J. **Conflitos e negociações nas políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina**. Ambiente & Sociedade, ano I, n.2. 1998a.

GUIVANT, J. **A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social**. BIB - Boletim Informativo Bibliográfico, ANPOCS, n.46, 1998b.

GUIVANT, J. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: Herculano, Selene. **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Editora da UFF, p. 281-303. 2000.

GUIVANT, J. **A teoria da sociedade de risco de Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n.16, p. 95-112, abril, 2001.

HOBBSAWM E. **Era dos Extremos: o breve Século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

INFORME SETORIAL BNDES. **A Indústria de Curtumes no Brasil**. Área industrial, nº 3., Out. 2007.

LARAÑA, E. Teoría y método en la investigación de la reflexividad y los riesgos tecnológicos. En: CRESPO y SOLDEVILLA (Eds.). **La constitución social de la subjetividad**. Madrid: Libros de la Catarata, 2001.

LUHMANN, N. **Sociología del Riesgo**. México: Universidad Iberoamericana, 1998.

MAGALHÃES, M. L. **Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira**. 2010. Tese

(Doutorado em História). UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, 2010.

NABUCO, M. R. A reestruturação industrial e seus efeitos sobre a divisão internacional do trabalho. In: CARLEILAL, L.M., NABUCO, M. R. **Transformações na divisão inter-regional do trabalho no Brasil**. São Paulo:ANPEC, p.87-112. 1989.

NUNES, M. F. **O Negro no Mundo Alemão: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização**. 2009. 254 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Florianópolis, 2009.

PAULA, J. A. (Coord.) **Biodiversidade, população e economia: uma região de Mata Atlântica**, Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 671p. 1997.

SACHS, I. **Stratégies de l'eco- développement**. Paris: Ouvrieres,1980.

SACHS, I. **Ecodesarrollo: desarrollo sin destrucción**. México: El Colegio de México. 1982.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

YOUNG, C. E. F. Industrial Pollution and Export-oriented Policies in Brazil. **Revista Brasileira de Economia**, v.52, n.4, p.543-562, 1998.

YOUNG, C. E. F. (coord.) **Abertura comercial, competitividade e poluição: o comportamento da indústria brasileira**. Relatório de pesquisa, CNPq, mimeo. 1999.

YOUNG, C. E. F. **Pollution and international trade: an empirical analysis of the Brazilian export complex**. Rio de Janeiro. Mimeo, 2000.

YOUNG, C. E. F.; LUSTOSA, M. C. J. Meio ambiente e competitividade da indústria brasileira. **Revista de Economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. especial, p. 231-259, 2000.